

CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO EM PLATÃO

Daniel Figueiras Alves

Universidade Federal da Paraíba. danielfigalves@gmail.com

Resumo

Para Platão, a educação vincula-se à política e tem por finalidade formar a classe dos governantes do Estado. Esse Estado é composto por indivíduos organizados em três classes sociais: produtores, guardiões e governantes. Para cada uma dessas classes, haverá um tipo de educação específico de acordo com determinados critérios, especialmente a função a ser executada e a capacidade cognitiva dos indivíduos que compõem cada classe. Platão recomenda que sejam realizadas avaliações periódicas visando selecionar os discípulos mais inteligentes – futuros governantes filósofos. A passagem da linha segmentada na *República* esquematiza os modos do conhecimento humano e remete à própria organização educacional, tal como propõe Platão nesse diálogo. Aos modos ou faculdades do conhecimento, poderíamos relacionar as etapas da educação platônica: uma espécie de percurso educativo que abrange a formação dos educandos desde a infância até a maturidade e sustenta sua epistemologia nesse esquema ontológico e cognitivo proposto pelo filósofo na alegoria da linha segmentada do conhecimento. Este trabalho promove uma reflexão em torno de algumas noções e ideias pedagógicas em Platão e busca contemplar uma discussão acerca de elementos cognitivos e políticos. Lança mão, para isso, da apresentação e interpretação de conteúdos filosóficos, tais como os textos de Platão e alguns comentadores, com vistas a tratar de questões pedagógicas muito caras em nossa época, está claro, dentro de um contexto específico do período clássico.

Palavras-chave: Educação, Platão, Conhecimento, Política.

Introdução

Apesar de Platão estabelecer regras e acentuar exigências no que se refere à formação moral, física e intelectual dos indivíduos e das classes sociais no Estado, sua proposta educativa deve ser compreendida mais como um conjunto de recomendações e preceitos do que propriamente determinações inflexíveis. A construção da Cidade ideal na *República*, segundo palavras do próprio personagem Sócrates, pode ser compreendida não como um projeto político pronto e acabado, mas como um processo por se fazer (2000, 376 e). É a partir do panorama político e da percepção dos problemas do Estado, especialmente aqueles que afligiram as cidades-estados gregas no período clássico, que devemos dar início às discussões de nível pedagógico. O projeto educativo platônico tem por base e finalidade a solução dos problemas políticos de sua época, sobretudo no que se refere à formação dos governantes.

Platão, na *República*, constrói uma nova concepção de Estado. Contudo, sua fundamentação não toma como referencial as formas de governos existentes em sua época, tais como as principais cidades-estados gregas. Platão não enxergará nas estruturas políticas, seja em Atenas ou em Esparta, menos ainda na Siracusa do tirano Dionísio, modelos políticos viáveis para seu projeto Estado justo. A *politeia* (ou constituição) platônica, bem como o seu sentido de *respublica* (a coisa pública) estiveram orientados para o interior da *psykhé* (ou alma) humana. As bases para a construção dessa nova *pólis* (a cidade-estado grega) firmam-se de forma sólida e inabalável nas mesmas estruturas que constituem o humano, tornando-se parte dele.

O Estado de Platão versa, em última análise, sobre a alma do homem. O que ele nos diz do Estado como tal e da sua estrutura, a chamada concepção orgânica do Estado, onde muitos veem a medula da *República*, não tem outra função senão apresentar-nos a imagem reflexa e ampliada da alma e de sua estrutura respectiva. E nem é numa atitude primariamente teórica que Platão se situa diante do problema da alma, mas antes numa atitude prática: na atitude do modelador de almas. A formação da alma é a alavanca com a qual ele faz o seu Sócrates mover todo o Estado (Jaeger, 1995, pp. 751-752).

O Estado, tal como idealizado por Platão, é constituído como uma comunidade de indivíduos que se organizam em torno de um espaço orientados por princípios e regras. A existência do Estado se dá em função de incapacidades e limitações individuais. Eles necessitam viver coletivamente em função das suas necessidades mais básicas, tais como alimentação e segurança, as quais somente poderiam ser asseguradas em vivendo grupo. Emergem, assim, as cidades e, por meio delas, as condições de se suprir nos indivíduos parte de suas necessidades mais primordiais.

Uma cidade tem a sua origem, segundo creio, no fato de cada um de nós não ser autossuficiente, mas sim necessitado de muita coisa. Ou pensas que uma cidade se funda por qualquer outra razão? (...) Assim, portanto, um homem toma outro para uma necessidade, e outro ainda para outra, e, como precisam de muita coisa, reúnem numa só habitação companheiros e ajudantes. A essa associação pusemos o nome de cidade (*Rep.*, 2000, 369 b-c).

Todos os habitantes dessa forma de organização (Cidade ideal) devem permanecer dispostos em três classes sociais hierarquicamente distintas: os produtores, os guardiões e os governantes. A vida em comunidade, segundo o filósofo, requereria, cada vez mais, maior grau de sofisticação das cidades, daí o surgimento das categorias sociais, hierarquias e funções distintas. Cada uma delas torna-se responsável pela execução de determinadas tarefas dentro desse Estado. Aos produtores, por exemplo, deveria ser conferida à atividade de comércio, de manufatura e da agricultura, visando suprir as necessidades materiais do Estado. Aos guardiões, por sua vez, delegar-se-ia a defesa da cidade frente aos inimigos externos e a manutenção da ordem dentro desse espaço. Aos governantes, por sua vez, conferir-se-ia a tarefa de conduzir o Estado, tendo por princípio a justiça e outras virtudes políticas. Cada uma das três categorias sociais deveria cumprir, assim, uma função que lhe é própria (*Rep.*, 2000, 370 a-b). Todos os indivíduos da *pólis* teriam por obrigação realizar seu papel de forma disciplinada e ordenada. Platão identifica esse procedimento como sendo a justiça: o bom cumprimento das tarefas e papéis dentro do Estado.

A justiça, *dikaiosýne*, surge como uma harmonia entre as três classes e as três virtudes da alma humana. Uma alma torna-se justa quando permite que a razão a domine e a conduza. Do mesmo modo, um Estado torna-se justo quando permite que o governante governe. Na alma, a potência racional deve se sobrepor à potência concupiscível, assim como o guardião deve obedecer ao governante. Platão definirá a temperança, *sophrosýne*; a coragem, *andreía* e a sabedoria *sophía*, ao longo do diálogo. Dessa forma, “a temperança é uma espécie de ordenação, e ainda domínio de certos prazeres e desejos” (*Rep.*, 2000, 430 e). É a virtude que regula a concupiscência, mais característica da classe dos produtores. A coragem regula o coração, a vida afetiva, e é própria dos guardiões. A sabedoria, própria dos governantes, regula a razão e por ser a mais elevada comanda as demais virtudes (Gobry, 2007, p. 20).

O modelo educativo preconizado por Platão na *República* tem como finalidade a formação dos governantes. O governante, ou filósofo-governante, é um indivíduo excepcional dotado de condições físicas, morais e intelectuais imprescindíveis para o comando do Estado (2000, 473 c-d). Somente os melhores cidadãos deveriam receber uma educação intelectual – permanecendo até o final do processo de educação. Após uma primeira instrução elementar,

voltada para a totalidade dos cidadãos (segundo a teoria educativa platônica), deverão ocorrer etapas avaliativas com o intuito de selecionar, por mérito e capacidade, quais serão descartados e quais permanecerão recebendo educação pelo Estado. Ao final de todo o percurso educativo, após esses *aristói* frequentarem todas as disciplinas e etapas educativas, já em plena maturidade intelectual, espera-se que esses educandos sejam capazes de contemplar os objetos em sua essência. A tarefa da educação deverá ser, portanto, formar filósofos-governantes. A habilidade política do governante deve permanecer intimamente vinculada à sua qualidade filosófica. Somente o filósofo é capaz de contemplar a essência das coisas e principalmente a essência da política. Pela razão de conhecer as verdadeiras leis, ideais, terá a sabedoria política necessária para comandar a vida pública do Estado. Por isso, a necessidade do governante ser um indivíduo intelectualmente maduro – o filósofo. Essa maturidade, por sua vez, só poderá se dar por meio do processo educativo, percurso com começo, meio e fim.

Propomos, como ponto de partida, a seguinte questão: há para Platão uma relação entre os modos de conhecimento e a idade dos educandos? Sim, há! Os modos de conhecimento estão diretamente atrelados à capacidade cognitiva dos alunos, desenvolvida ao longo da vida por meio de uma educação adequada. Os modos de conhecimento, juntamente com a idade dos discípulos, pautarão as etapas educativas do Estado. Platão recomenda que as disciplinas ministradas às crianças deverão privilegiar o uso de imagens e alegorias. O momento inicial da educação está diretamente relacionado à capacidade cognitiva dos indivíduos em idade infantil. Neste sentido, tais etapas educativas teriam como fundamento os modos de conhecimento preconizados pela epistemologia platônica.

Este trabalho justifica-se, dentro de uma discussão sobre Fundamentos da Educação, na medida em que retoma ideias e concepções filosóficas e busca compreendê-las dentro de um contexto histórico e intelectual, tal como a época de Platão e sua visão de mundo. Temos por objetivo apresentar algumas dessas concepções sobre educação, mais precisamente sobre modelos e propostas inseridas nos textos de Platão para a formação política e intelectual em sua sociedade, ou ainda, na Cidade ideal que havia planejado.

A metodologia deste trabalho se realiza por meio de pesquisa bibliográfica, contempla obras do filósofo Platão, especialmente o diálogo *A República*. Lança mão de comentadores da área de Fundamentos da Educação, como Jaeger, bem como comentadores do próprio Platão. Ao final, com vistas a apresentar algumas dessas ideias e concepções clássicas de educação, produzimos um texto com base nessas leituras e interpretações.

Os quatro modos de conhecimento descritos na *República*

Na *República*, são apresentados os quatro modos ou faculdades do conhecimento. Tratam-se de dispositivos da sensibilidade e do intelecto que permitem à alma o contato com os objetos. Estão dispostos de forma linear e obedecem a uma hierarquia que considera a imaginação como a maneira mais primitiva e a inteligência como o mais alto nível do conhecimento humano. O símile da linha segmentada ocupa a parte final do livro VI desse diálogo e trata da hierarquização, linear e gradual, do conhecimento humano, partindo da imaginação, passando pela crença, pelo conhecimento discursivo e culminando na inteligência. O nível mais elementar de todos está na apreciação das imagens e o mais elevado ocupa-se da ascensão às ideias:

Imagina uma linha cortada em duas partes desiguais, a qual dividirás, por tua vez, na mesma proporção: a do gênero visível e a do inteligível. Assim, de acordo com o grau de clareza ou obscuridade de cada uma, acharás que a primeira seção do domínio do visível consiste em imagens. Dou o nome de imagens, em primeiro lugar, às sombras; depois, aos simulacros formados na água, e nas superfícies dos corpos opacos, lisos e brilhantes, e a tudo mais do gênero (...). Imagina agora a outra seção, da qual a anterior é simples imagem: os animais à volta de nós, o mundo das plantas e o conjunto dos objetos fabricados pelo homem (...). Considera agora como devemos dividir a seção do inteligível (...): numa das suas subdivisões, a alma, empregando como imagem os objetos imitados da seção anterior, vê-se obrigada a instituir suas pesquisas a partir de hipóteses e sem prosseguir na direção do começo, mas na da conclusão; na outra porção, a alma também parte de hipóteses, para um princípio absoluto, e sem fazer uso de imagens, como no caso anterior, avança apenas com o auxílio de seus próprios conceitos (...). Então, compreende também que pela outra divisão do inteligível entendo o que somente pode ser apreendido por meio da razão e de sua capacidade dialética, com o emprego de hipóteses, não como princípios, porém hipóteses de verdade, isto é, ponto de apoio e trampolim para alcançar o fundamento primitivo das coisas, que transcende a todas as hipóteses. Alcançado esse princípio juntamente com tudo o que se lhe relaciona, desce à última conclusão, sem nunca utilizar-se dos dados sensíveis, porém, passando sempre de uma ideia para outra, até terminar numa ideia (...). Agora, para essas quatro seções admite outras tantas operações do espírito: razão, para a mais elevada; entendimento, para a que se lhe segue; à terceira atribuirás a fé, e a última a conjectura, e as distribui segundo o critério de que quanto mais participar cada uma delas da verdade, tanto mais evidência alcançará (2000, 509 d-511 e).

Há uma divisão entre modos de conhecimento e objetos do conhecimento segundo critérios apresentados por Platão, o principal deles é o de visibilidade (sensibilidade) e invisibilidade (inteligibilidade) das coisas ou objetos do mundo. O mundo ou dimensão sensível promove e oferece aos sentidos material que só pode ser verificado pelos sentidos. A dimensão inteligível é composta por entidades que somente a razão é capaz de acessar. Os primeiros pertencem ao mundo sensível e, os últimos, ao mundo inteligível. O quadro a seguir esquematiza esses quatro modos de conhecimento e seus objetos de abrangência:



Linha segmentada				
Primeiro seguimento			Segundo seguimento	
Gênero visível/sensível			Gênero invisível/inteligível	
Modos de conhecimento	Imaginação	Crença	Conhecimento discursivo	Inteligência
Objetos do conhecimento	Imagens dos objetos concretos: sombras e simulacros	Objetos concretos: animais, plantas e manufaturas	Hipóteses a partir de objetos concretos: hipóteses matemáticas	Hipóteses a partir de conceitos: hipóteses verdadeiras, ideias

A linha está dividida em dois segmentos: sensível e inteligível. Dentro do segmento sensível, estão a imaginação (*eikasía*) e a crença (*pístis*). No outro segmento, o inteligível, estão o conhecimento discursivo (*diánoia*) e a inteligência (*nóesis*). A imaginação e a crença proporcionam ao observador tão somente a contemplação sensível dos objetos por meio de suas sombras e imagens, visíveis e aparentes. A suposição acreditada da existência desses objetos pertence ao universo dos simulacros – não verdade. Segundo a classificação de Platão, a imaginação está num nível ainda mais baixo que a crença, pois somente é capaz de proporcionar uma representação deturpada de um objeto concreto. Por isso, nem a crença e menos ainda a imaginação são fontes confiáveis de conhecimento.

O conhecimento discursivo e a inteligência, modos de conhecimento superiores, possibilitam a investigação de conhecimentos mais fiéis ao modelo original dos objetos (a ideia). O entendimento procede por meio da construção de hipóteses fundamentadas nos objetos matemáticos. Por meio dele, é possível a criação de hipóteses racionais a partir de objetos concretos, como, por exemplo, a representação geométrica de um triângulo. Essas hipóteses partem do concreto para o abstrato. A razão situa-se na última etapa do conhecimento, o modo superior de conhecimento. Permitem as hipóteses puramente abstratas sem a necessidade de amparo em qualquer representação concreta; por isso, hipóteses verdadeiras.

Além da tipificação dos objetos segundo seus quatro modos de conhecimento, destacamos no quadro abaixo o sentido tomado pelo conhecimento:

Modos de conhecimento	Imaginação	Crença	Conhecimento discursivo	Inteligência
Sentido do conhecimento	Obscuridade → Clareza			
	Opinião/ <i>doxa</i> → Ciência/ <i>epistème</i>			
	Imagem → Ideia			

As imagens pertencem ao universo sensível da opinião sensível, ou *doxa*, e comportam-se como meios obscuros, dispersos e particulares ao indivíduo. A opinião é a multiplicidade de informações sobre determinado objeto, cada uma delas relativa a um ponto de vista particular. As ideias ocupam uma posição oposta às imagens, resultam da investigação científica, clara e precisa, acerca dos objetos. São universais, objetivas e permanentes; por isso, verdadeiras. O conhecimento e a própria capacidade cognitiva dos indivíduos têm como ponto de partida a imaginação e a sensibilidade. Embora sejam dispositivos inferiores ao conhecimento discursivo e à inteligência, não podem ser desprezados e tampouco negligenciados durante o processo de formação humana. A educação se dá por etapas em que cada uma delas cumpre seu papel em dado momento da formação do indivíduo. Assim, o sentido da linha segmentada é consoante com o percurso da educação. Esse sentido condiciona às imagens ao mais elementar grau de conhecimento humano, situam-se num estágio de pré-conhecimento; no entanto, são fundamentais para a formação afetiva e moral dos indivíduos. As imagens são propedêuticas, isto é, servem como base para as etapas posteriores do conhecimento, já as ideias são os modelos máximos, claros e abstratos.

Etapas da *paideia* platônica: da infância até a maturidade intelectual

Paideia é um termo polissêmico, abrange múltiplos significados, tais como: educação, cultivo intelectual, cultura e instrução. Deriva do verbo *paideúo* e expressa, dentre outras coisas, o processo de educação de uma criança, por meio da transmissão de valores e de conhecimentos para a formação do seu caráter moral e intelectual (Chauí, 1994, p. 356). A educação é um processo essencialmente político, esse aspecto da educação é o que mais atrai Platão. O papel da educação deve estar submetido ao projeto político do Estado, permanecendo, assim, sob os cuidados do governante. É o governante quem deve deliberar sobre todos os assuntos do Estado, inclusive em relação às matérias da educação. É tarefa dele selecionar ou regular a seleção dos indivíduos que receberão ou não educação do Estado.

A *paideia* é a “(...) educação para a virtude, que vem desde a infância e nos desperta o anelo e o gosto de nos tornarmos cidadãos perfeitos, tão capazes de comandar como obedecer (...)” (Leis, 1980, 643 e). Ela deve começar aos sete anos de idade e prosseguir até a maturidade intelectual, por volta dos cinquenta anos. A tarefa de formar deve ficar a cargo do Estado e de seus sábios governantes, responsáveis pelo comando da cidade, pela legislação e também pela escolha e supervisão daquilo que deve ou não ser ensinado aos educandos. A educação deve ser de caráter público e voltar-se para a formação da classe dos guardiões e governantes. Para os produtores, a classe de mão de obra de trabalho, o filósofo não prescreve nada que vá muito

além da instrução geral recebida no começo da infância e na posterior aquisição hereditária de saberes relacionada à execução do trabalho. Nem as crianças nem os jovens dispõem de condições para receber formação intelectual. Às crianças devem ser apresentados alguns mitos, alegorias e outras literaturas previamente selecionadas pelos governantes, advindas da poesia, uma espécie de conteúdo didático, imagético e aprazível, de fácil e empática assimilação. À maturidade, entretanto, são recomendados os estudos de nível abstrato como as ciências matemáticas, a dialética e sua prática, disciplinas regradas por um maior rigor intelectual.

A infância será a fase da vida pautada pela formação lúdica e espontânea, aquilo que os gregos denominavam por *paidiá*, isto é, os jogos infantis, as atividades de passatempo, as brincadeiras, o divertimento, etc. (Chantraine, 1968, p. 849). Essa fase se configura como um momento decisivo na educação do cidadão, nela o espírito do educando encontra-se mais propenso a ser moldado de acordo com o tipo de educação que lhe for conferida.

A infância é um degrau fundador na vida humana, a base sobre a qual se constituirá o resto. Como veremos, a educação da infância tem projeções políticas: uma boa educação garante um cidadão prudente. Esse primeiro degrau não tem características próprias muito definidas, está associado à possibilidade. É certo que há naturezas mais dispostas que outras para a virtude. Mas também é verdade que uma boa educação pode corrigir uma má natureza e que uma educação inadequada faz estragos nas melhores naturezas (Kohan, 2003, p. 17).

A maturidade deverá promover, por meio da abstração, a ascensão ao universo das ideias e a busca pelo conhecimento inteligível em seu estado puro. Para essa última etapa de formação, Platão prescreve a *mathematiké*, as ciências matemáticas, e a *dialektiké*, dialética, ou técnica de investigação da realidade por meio do diálogo como disciplinas de caráter abstrato. Essa fase é o período em que o cidadão, depois de adulto e moldado pela instrução moral recebida ao longo da juventude, tomará contato com uma educação de caráter intelectual capaz de desenvolver sua racionalidade. Esse caráter intelectual da educação é, segundo Platão, a face da verdadeira *paideia*, o momento em que a formação humana atinge seu ápice. “O objetivo educacional último é, pois, levar a cabo uma revolução na percepção do educando, qual seja, o papel da razão: o reconhecimento de seu valor normativo e não só instrumental” (Scolnicov, 2006, p. 43). Essa finalidade educativa, expressa com maior ênfase na *República* (2000, 416 c), é a formação do filósofo governante do Estado ideal por meio de um tipo superior de educação, a filosofia, visando à formação de um tipo humano igualmente superior.

Quando são adolescentes e crianças, deve empreender-se uma educação filosófica juvenil, cuidando muito bem dos corpos, em que se desenvolvam e em que adquiram a virilidade, pois eles são destinados a servir à filosofia. À medida que avançam na idade, em que o aluno começa a atingir a maturidade, devem intensificar os exercícios que lhe

dizem respeito; quando as forças os abandonarem, e os puserem à margem da política e da guerra, então devem deixar-se pastar em liberdade, como os animais sagrados, e não fazer mais nada, a não ser como passatempo, se quiser que vivam felizes e que, depois de alcançarem o termo da vida que lhes coube, entrem na posse do destino no além que está à sua altura (*Rep.*, 2000, 498 b-c).

O quadro abaixo esquematiza, de um modo geral, o modelo de educação proposto por Platão para a formação dos cidadãos desde a infância até a maturidade:

	Instrução geral básica	Primeira etapa		Segunda etapa		
Faixa etária dos educandos	Até os 7 anos	Dos 7 aos 20 anos		Dos 21 aos 50 anos		
Tipo de instrução recebida	Cultura oral e tradicional	Música	Ginástica	Matemática	Dialética/ Filosofia	Prática da dialética/ Filosofia
Tempo de estudo	Até 7 anos	10 anos	3 anos	10 anos	5 anos	15 anos
Classe social contemplada	Produtores	Guardiões		Governantes		

O período de formação específico para cada classe social e faixa etária, além do tipo de instrução que lhe deve ser oferecida, é um longo assunto tratado por Platão na *República*, sobretudo nos livros II, III e VII. As crianças, de ambos os sexos, deverão ser educadas juntas num ambiente em que os governantes possam observar de perto o percurso dessa formação. Os filhos e filhas de todas as classes, ainda em tenra idade, deverão ser afastados de suas famílias de modo a adaptar à criança ao convívio comunitário.

Todas as crianças nascidas no Estado deverão receber um tipo de instrução básica, elementar até a idade de sete anos. Platão não deixa explícito qual é a proposta educativa para o público infantil, mas apresenta uma série de preceitos sobre o que se deve ou não ensinar às crianças. As principais recomendações devem ser as mesmas aplicadas ao que foi definido na educação dos guardiões. Elas se referem à censura e a delimitação dos conteúdos da tradição. As crianças devem ser submetidas à educação, expostas aos efeitos pedagógicos de um processo que visa moldá-las tendo em vista determinados objetivos.

Até a idade de 7 anos, todas as crianças, de todas as classes e ambos os sexos, recebem a mesma educação: ginástica, dança, jogos para aprendizado dos rudimentos da matemática, poesia épica para conhecimento dos heróis (mas Platão expulsa Homero e Hesíodo de sua Cidade porque descrevem heróis com vícios que não servem à educação do cidadão) (Chauí, 1994, p. 223).

Após a idade de sete anos, todos aqueles que frequentaram esse período de instrução geral básica serão submetidos a uma rigorosa avaliação em que somente os que apresentarem aptidões físicas, morais e intelectuais permanecerão recebendo educação do Estado. Essa primeira seleção visará, ainda, escolher dentro do conjunto de todas as crianças da cidade quais

irão compor a classe dos produtores e quais a dos guardiões. As crianças reprovadas no exame de seleção serão encaminhadas para as atividades profissionais. Passarão a fazer parte da classe dos produtores e nela permanecerão por toda a vida. Cada uma delas, a julgar pelo seu perfil e pela sua aptidão, será designada ao cumprimento de uma tarefa específica no Estado. O indivíduo ocupa sua posição exercendo não mais do que a sua profissão, pois, segundo diz Platão: “penso também que, em primeiro lugar, cada um de nós não nasceu igual ao outro, mas com naturezas diferentes, cada um para a execução de sua tarefa” (*Rep.*, 2000, 370 a-b).

Entre os sete e os vinte anos de idade, os jovens deverão receber uma formação básica, propedêutica, composta pela música e pela ginástica. Essa é considerada a primeira etapa da educação, a qual ocorrerá imediatamente após o término da instrução geral básica. Os educandos aprovados e selecionados para esta primeira etapa, propedêutica, farão parte da classe dos guardiões. Pertencerão, por mérito, à aristocracia guerreira.

As disciplinas da etapa propedêutica serão duas: música, para a formação da alma, e ginástica, para a formação do corpo (*Rep.*, 2000, 376 e). O tempo dedicado à educação musical deve ser mais prolongado e anterior à formação gímnica. As atividades físicas só terão início ao final dos dezessete anos de idade quando o discípulo já tiver tomado contato com a formação espiritual por meio da música. A educação da alma, promovida pela música, requer maiores cuidados e atenção por ser seu objeto, a alma, o elemento mais importante e nobre do ser humano. O corpo, por sua vez, ainda que inferior à alma é um instrumento essencial para a defesa do Estado (contra os inimigos externos e internos). Por isso, o guardião terá que ter boa saúde e adequado preparo físico para o exercício de sua função. A música, entendida aqui como *mousiké*, arte das musas ou conjunto geral da poesia grega, promove a formação moral da alma do jovem guardião.

Platão exige que se comece pela formação da alma, isto é, pela música. No sentido lato da palavra grega *mousiké*, esta não abrange apenas o que se refere ao tom e ao ritmo, mas também – e até em primeiro lugar, segundo o acento platônico – a palavra falada, o *lógos* (Jaeger, 1995, p. 768).

Todas as referências à boa ou má conduta serão exemplificadas por meio da cultura tradicional, especialmente a poesia homérica. Depois de passada essa primeira etapa de instrução, deverá haver outra seleção para a continuidade dos estudos: os jovens física e moralmente melhores preparados para as atividades de defesa e intelectualmente capacitados para as atividades mais abstratas continuarão, enquanto os demais serão designados para a execução de tarefas de somenos importância no Estado. Eles ocuparão, então, a função de guardas e soldados.

A segunda etapa educativa consiste na formação intelectual dos aspirantes ao governo. Trata-se de um conjunto de instruções de nível abstrato que começa aos vinte e um anos e se estende até os cinquenta. Num primeiro momento, por um período de dez anos, o discípulo tomará contato com as ciências matemáticas: a aritmética, a geometria, a estereometria ou geometria dos sólidos, a astronomia e a harmonia musical. Após esse período, por mais cinco anos, será a vez dos estudos da dialética, disciplina a ser ministrada unicamente àqueles que demonstrarem capacidade de abstração e compreensão da natureza dos números. Por meio dela, o discípulo será conduzido às instruções sobre a essência das coisas – que só podem ser alcançadas mediante o uso da razão. Em seguida, pelo último período de quinze anos, os guardiões de maior nível desenvolverão a prática da dialética até que finalmente, aos cinquenta anos de idade, serão submetidos ao último exame de suas vidas e, se aprovados, tornar-se-ão os governantes do Estado (Jaeger, 1995, pp. 914-924).

O momento final do percurso educativo culminará na formação do governante do Estado. Por meio da dialética e de sua prática, a *paideia* transformará os melhores guardiões em governantes. A legislação e o governo deverão ser da competência do filósofo. O objetivo final da proposta educativa é a formação do filósofo governante para o Estado. Na *República* (2000, 416 c), Platão especifica qual o tipo de formação dispensada à classe superior. A finalidade desses estudos é dotar os melhores cidadãos de condições morais e intelectuais para o governo, pois deles depende a harmonia política das classes. A excelência é a meta fundamental da educação desses governantes. O filósofo-governante destaca-se como peça principal dentro desse arranjo político, notadamente devido à formação e ao rigor intelectual e superioridade moral para o comando do Estado.

Conclusões

A educação é aqui posta, dentro de uma visão e interpretação de Platão, como uma tentativa, de caráter prático, para a solução de problemas políticos, sobretudo a questão do governo da Cidade ideal. Assim, educar a sociedade tem por finalidade formar bons governantes e legisladores capazes de enxergar com os olhos da razão os verdadeiros problemas políticos e, em vista dessa capacidade, conduzir a política de forma perfeita. O raciocínio que devemos ter em mente é basicamente o seguinte: formar filósofos dirigentes ou transformar dirigentes em filósofos é a garantia para o justo e autêntico governo – daí a ênfase dada por Platão à relação conhecimento, educação e política. A educação é um tema tão recorrente na *República* que, por vezes, se confunde com a proposta política, projetada para realizar-se de maneira concreta na sociedade. Ao governante cabe a decisão não apenas no quesito político,

mas também na condução das diretrizes de educação de sua sociedade. Nesse aspecto, a educação é um instrumento de controle político, desde as classes até a vida pública como um todo – desde a infância até a maturidade. Além disso, determina o que cabe a cada indivíduo aprender e tornar-se profissionalmente de acordo com critérios cognitivos rigidamente demarcados. Não há possibilidade de compreender a *paideia* sem contextualizá-la no projeto político da *politeia* platônica, nem levar em consideração aquilo que Platão elege como superior no interior da alma humana. A educação é uma atitude modeladora de corpos e almas que toma como justificativa a manutenção da justiça e da estabilidade política.

Referências

- CHANTRAINE, P. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque. Histoire des mots*. vol 2. Paris: Éditions Klincksieck, 1968.
- CHAUÍ, M. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. 1ª ed. vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GOBRY, I. *Vocabulário grego da filosofia*. Tradução: Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- JAEGER, W. *Paideia: a formação do homem grego*. 3ª ed. Tradução: Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- KOHAN, W. “Infância e educação em Platão”. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 11-26, jan./jun. 2003.
- PIETTRE, B. Platão. *A República: livro VII*. Trad. Elza M. Marcelina. Brasília: Universidade de Brasília, 1989.
- PLATÃO. *A República*. 3ª ed. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Belém: UDUFPA, 2000.
- _____. *Leis*. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Belém: UDUFPA, 1980.
- SCOLNICOV, S. *Platão e o problema educacional*. São Paulo: Loyola, 2006.